

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP
XII CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE
ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
PSICOLOGIA JURÍDICA

- ALTOÉ, S. (Org.). A lei e as leis. Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.
- ANTUNES, D. C. Bullying: razão instrumental e preconceito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- CAIRES, M. A. de F. Psicologia Jurídica: Implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.
- CASTRO, L. R. F. Disputa de guarda e visitas: no interesse dos pais ou dos filhos? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- COIMBRA, C. et al. Psicologia, Ética e Direitos Humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2000.
- _____. RESOLUÇÃO CFP nº 008/2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário.
- _____. Resolução CFP nº 010/2005. Código de Ética Profissional.
- _____ & MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do Sistema Prisional Brasileiro. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2007.
- CRUZ, R. Psicologia Jurídica. São Paulo: Vetor, 2013.
- DOURADO, O. A. Temas em Psicologia Jurídica Contemporânea. Fortaleza: SOS Direitos Humanos Edições, 2011.
- FIGLIOLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. Psicologia Jurídica. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FRANCO, A. A. de P; MELÃO, M. J. R. (Orgs.). Diálogos Interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas jurídicas. Casa do Psicólogo, 2009.
- GOMES, I. C. (coord.). Clínica Psicanalítica de Casal e Família: A interface com os estudos psicossociais. São Paulo: Editora Santos, 2009.
- GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.
- HUSS, M. T. Psicologia Forense. Pesquisas, Práticas Clínica e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- HUTZ, C. S. (Org.). Violência e Risco na Infância e Adolescência: Pesquisa e Intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- LEVINSON, G. K. Adoção. 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- LIBÓRIO, R. M. C.; SOUZA, S. M. G. (Orgs.). A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PINHEIRO, C. Psicologia Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- RIGONATTI, S. P. (coord.) Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. Vol. I. São Paulo: Vetor, 2003.
- RIGONATTI, S. P. (coord.) Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. Vol. II. São Paulo: Vetor, 2006.
- RIGONATTI, S. P. (coord.) Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. Vol. III. São Paulo: Vetor, 2013.
- RIGONATTI, S. P.; ANDRADE, M. L. C. (Orgs.). Psiquiatria Forense e Cultura. São Paulo: Vetor, 2009.
- ROMARO, R. A.; CAPITÃO, C. G. (Orgs.). As Faces da Violência: aproximações, pesquisas e reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP
XII CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE
ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
PSICOLOGIA JURÍDICA

ROVINSKI, S. L. R. Fundamentos da Perícia Psicológica Forense. 2ª Ed. São Paulo: Vetor, 2007.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (Orgs.). Psicologia Jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção. São Paulo: Vetor. 2009.

SHINE, S. (Org). Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SHINE, S. (Org). Avaliação Psicológica e Lei. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SILVA, D. M. P. da. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro: A interface da Psicologia com Direito nas questões de família e infância. São Paulo: Editora Forense 2009.

SILVA, I. R. Alcoolismo e Abuso de Substâncias Psicoativas: Tratamento, Prevenção e Educação. São Paulo: Vetor, 2000.

SOUZA, C. A. C.; CARDOSO, R. G. Psiquiatria Forense. 80 anos de prática institucional. Porto Alegre: Sulina, 2008.

UZIEL, A. P. Homossexualidade e adoção. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WEBER, L. N. D. Aspectos psicológicos da adoção. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

Sites para consulta: <http://www.planalto.gov.br/ccivi>

Direito ambiental http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

Direito dos Idosos http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm

Direito indígena http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm

ECA http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Lei Maria da Penha http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BADARÓ BANDEIRA, M. Marcia., CAMURI, A. C., NASCIMENTO, A. R. Exame criminológico: uma questão ética para a psicologia e para os psicólogos. Revista Eletrônica Mnemosine, Vol. 7, No 1, p. 27-61 (2011). Disponível em <http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/436/719>

BADARÓ BANDEIRA, M. Marcia, NASCIMENTO, Lucas. G. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. In: Psicologia Ciência e Profissão – Segurança Pública e Sistema Prisional. Dezembro/2018. CFP, Brasília, DF, 2018, p. 102-116.

BADARÓ-BANDEIRA, Maria Márcia. Sistema Prisional: Contando e Recontando Histórias: Oficinas de leitura como processos inventivos de intervenção. Ed. Juruá, Curitiba, 2012.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni. Sujeito, Saúde mental e Crime: reflexões sobre a medida de Segurança e a periculosidade. In: I Congresso de Psicologia jurídica: uma interface com o Direito. Anais. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010

DAHMER, Tânia. M. A execução da pena privativa de liberdade e das medidas de segurança: os embates face à banalização das violações de direitos. In: *“O guarda espera um tempo bom”: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários*. Tese de Doutorado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

WOLFF, Maria Palma. *Antologia de Vidas e Histórias na Prisão: Emergências e Injunção de Controle Social*. Rio de Janeiro. Editora Lúmen Júris. 2005, Capítulo IV (p. 143- 180).

BRASIL. Lei 7210, de 11 de junho de 1984. *Lei de Execução Penal* (LEP, 1984). Disponível no site <http://www.planalto.gov.br> Acesso em janeiro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP
XII CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE
ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA
PSICOLOGIA JURÍDICA

_____ Lei 10792, de 1º de dezembro de 2003. Altera a lei 7210, de 11 de junho de 1984. Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br> Acesso em janeiro de 2010.

_____ Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.

_____ Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014